

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 3



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-517-4 DOI 10.22533/at.ed.174190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar o s r reflexos de sta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 20 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidade de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura e todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELAÇÕES COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS E CULTURAIS

CAPÍTULO 1	1
“BLINDSPOT”: PONTOS CEGOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL EM UMA SEMIOSFERA	
Helio Fernando de Oliveira Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1741906071	
CAPÍTULO 2	10
A VIDA QUE PULSA EM CIDADES E RIOS DA AMAZÔNIA	
Joristela de Souza Queiroz	
José Aldemir de Oliveira	
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1741906072	
CAPÍTULO 3	22
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELO CULTIVO DA MANDIOCA (<i>MANIHOT SCULENTA</i>) NA COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS – BRAGANÇA/PA	
Alciene Lisboa de Brito	
Helton Pacheco	
Ana Paula Cavalheiro de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1741906073	
CAPÍTULO 4	27
EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO MOCOTÓ NA CIDADE DE VÁRZEA ALEGRE-CE	
Thays Barros Carvalho	
Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1741906074	
CAPÍTULO 5	39
AS POSSIBILIDADES DO CICLOTURISMO PARA A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ – BRASIL	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
Leandra Luciana Barbieri de Oliveira	
Gabriella Rister Luchini	
DOI 10.22533/at.ed.1741906075	
CAPÍTULO 6	48
IMPACTOS DA ATIVIDADE MINERADORA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA NECESSIDADE DE CONTROLE SOCIAL	
Igor Eduardo dos Santos Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.1741906076	

CAPÍTULO 7	56
PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DOS RIOS CHAPECÓ E IRANI (RH2)	
Daiane Regina Valentini Janete Facco Manuela Gazzoni dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.1741906077	
CAPÍTULO 8	69
TERRA INDÍGENA MARÓ E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO	
Ib Sales Tapajós	
DOI 10.22533/at.ed.1741906078	
CAPÍTULO 9	82
MONÓLITOS DE QUIXADÁ/CE: UM LEGADO CULTURAL PARA O ECOTURISMO	
Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.1741906079	
CAPÍTULO 10	95
A QUESTÃO URBANA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATOS DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROGRAMA DE APOIO A REFORMA URBANA DA UFPA E O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL DA UFPR	
Eliza Maria Almeida Vasconcelos Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.17419060710	
CAPÍTULO 11	105
O (DES) ENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A LUTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SEROPÉDICA-RJ POR SUA INCLUSÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
Diná Andrade Lima Ramos Márcio de Albuquerque Vianna Lamounier Erthal Villela	
DOI 10.22533/at.ed.17419060711	
CAPÍTULO 12	117
PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: O CASO DO SICREDI UNIÃO RS, AGÊNCIA DE SANTO ÂNGELO	
Pedro Luís Büttenbender Ademir da Silva Dutra Ariosto Sparemberger Giovana Fernandes Writzl	
DOI 10.22533/at.ed.17419060712	

CAPÍTULO 13 132

AROMATERAPIA: ESTUDO DAS PROPRIEDADES DOS ÓLEOS ESSENCIAIS DE CANELA E CITRONELA APLICADOS A PRODUÇÃO DE SABONETES ARTESANAIS

Marina Serafim da Rocha
Giovanni Uema Alcantara
Caroline de Souza Rodrigues
Mayra Beatriz Stanize Martins dos Reis
Raquel Teixeira Campos
Marcelo Telascrêa

DOI 10.22533/at.ed.17419060713

CAPÍTULO 14 139

ESTUDO DA APLICABILIDADE DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COMO ESSÊNCIA EM SABONETES ARTESANAIS

Afonso Poli Neto
Caroline de Souza Rodrigues
Fabiana Navas Reis
Laís Cabrerizo Vargas de Almeida
Luiz Gustavo de Moraes Gazola
Murilo Ferreira da Rua
Marcelo Telascrêa
Raquel Teixeira Campos

DOI 10.22533/at.ed.17419060714

CAPÍTULO 15 148

RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE: ESTUDO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÕES EM MANHUAÇU - MG

Bruna Agda Cezário Tuelher
Wagner de Azevêdo Dornellas

DOI 10.22533/at.ed.17419060715

CAPÍTULO 16 162

UM OLHAR PARA O FUTURO DO TURISMO NA PERSPECTIVA DO *TRADE* E PODER PÚBLICO – UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Ana Paula Cardoso
Gleiciane Cristina Selau
Marina Tété Vieira

DOI 10.22533/at.ed.17419060716

CAPÍTULO 17 173

UM RIZOMA DE TROCAS, EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O COMÉRCIO DE AÇAÍ DO MARAJÓ DAS FLORESTAS

Daniel da Silva Miranda
Fernando Arthur de Freitas Neves
Ramiro Esdras Carneiro Batista
Sabrina Campos Costa

DOI 10.22533/at.ed.17419060717

CAPÍTULO 18 187

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E (IN) SUSTENTABILIDADE URBANA: CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

Marlon D'Oliveira Castro
Valéria Maria Pereira Alves Picanço

DOI 10.22533/at.ed.17419060718

CAPÍTULO 19	206
PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE UMA CASA DE APOIO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE UM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DIANTE DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELAS MULHERES E SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Viviani Coelho	
Daiana Rosa da Silva	
Inea Giovana da Silva Arioli	
DOI 10.22533/at.ed.17419060719	
CAPÍTULO 20	216
PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE MARKETING EM RELAÇÃO AS ESTRATÉGIAS DE ENDOMARKETING® UTILIZADAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA ZONA DA MATA MINEIRA	
Joyce Jane de Almeida Pereira	
Gean Cesar da Costa	
Andréia Almeida Mendes	
Fernando Albuquerque Miranda	
Reginaldo Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.17419060720	
SOBRE A ORGANIZADORA	206
ÍNDICE REMISSIVO	207

O (DES) ENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A LUTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SEROPÉDICA-RJ POR SUA INCLUSÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Diná Andrade Lima Ramos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Ciências Econômicas e Exatas
Três Rios - Rio de Janeiro

Márcio de Albuquerque Vianna

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Teoria e Planejamento do
Ensino

Seropédica - Rio de Janeiro

Lamounier Erthal Villela

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Ciências Econômicas
Seropédica - Rio de Janeiro

Trabalho apresentado no III SEDRES, 2016. Parte de seu conteúdo faz parte das pesquisas das teses de doutorado de Diná Andrade Lima Ramos e Márcio de Albuquerque Vianna.

RESUMO: O objetivo da pesquisa é discutir o processo de organização política dos agricultores familiares de Seropédica/RJ. Eles buscam, num esforço coletivo, pôr em prática o direito de ofertar alimentos às escolas públicas do município, conforme prevê o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); uma importante ferramenta de promoção de desenvolvimento do território rural no Brasil. Trata-se de um estudo de caso com observação participante. Os agricultores familiares, que resistiram às derrotas políticas, mostraram-se

sujeitos políticos conscientes ao lutarem pelo interesse coletivo. Cada conquista no jogo político significa, no nosso entender, o resultado da pressão exercida por estes atores locais.

PALAVRAS-CHAVE: PNAE; CONSEA; cidadania; desenvolvimento territorial rural.

THE TERRITORIAL DEVELOPMENT:
THE FIGHT OF FAMILY FARMERS OF
SEROPÉDICA-RJ FOR ITS INCLUSION IN
THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM

ABSTRACT: The purpose of this research is to discuss the process of political organization of the family farmers of Seropédica-RJ. They seek, in a collective effort, to put into practice the right to offer food to public schools in the municipality, as provided by the National School Feeding Program (PNAE); an important tool to promote the development of rural areas in Brazil. This is a case study with participant observation. Family farmers, who resisted political defeats, have shown themselves to be conscious political subjects as they strive for collective interest. Each achievement in the political game means, in our view, the result of the pressure exerted by these local actors.

KEYWORDS: PNAE; CONSEA; citizenship; rural territorial development.

1 | INTRODUÇÃO

A construção de um ambiente democrático, inspirador de criação de novas instituições, desde o restabelecimento da democracia formal no Brasil, tem sido atravessada pelo projeto neoliberal, que impõe a política do Estado mínimo e a consequente transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade. Ainda assim, Dagnino (2015, p. 201) defende a ideia de que, no caso brasileiro, o projeto político democratizante se encontra “[...] amadurecido desde o período de resistência da ditadura militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil.” A democracia, para a autora, funciona como um freio ao neoliberalismo.

A partir da Constituição de 1988, consolidaram-se instituições públicas que proporcionam a representação da sociedade civil por meio dos atores sociais que as integram, possibilitando maior controle social e a descentralização de algumas políticas públicas setoriais. São exemplos: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF).

Dada a crescente importância dos atores sociais nos espaços de discussão e decisão de políticas públicas, o objetivo da pesquisa consiste em discutir o processo de organização política dos agricultores familiares de Seropédica, cidade situada na baixada fluminense.

Estes atores locais, mobilizados no CONSEA, desejam garantir seu direito já adquirido de ofertar alimentos às escolas do município, como está previsto no PNAE, uma importante ferramenta de promoção de desenvolvimento do território rural brasileiro. São importantes as contribuições teóricas de Gramsci, Habermas e Tenório. Trata-se de um estudo de caso com observação participante de um dos autores, durante período de junho de 2014 a abril de 2016, com o devido registro dos fatos em caderno de campo. Para o aporte teórico, usa-se a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio da consulta tanto ao acervo impresso quanto eletrônico. O estudo está dividido em seis seções, contando com esta introdução. Na segunda seção discute-se o conceito e o papel da sociedade civil e da política, esta uma arena de lutas segundo Gramsci. Na seção três será discutida a relação entre Estado e Sociedade Civil de acordo com Habermas e Gramsci. Na seção quatro analisa-se a proposta da Gestão Social, enquanto um método de ação de política pública entendido como sendo o mais adequado às políticas territoriais rurais. A quinta seção destinou-se à análise da participação dos atores sociais no CONSEA do município de Seropédica a partir dos fatos ocorridos em reuniões devidamente registradas. Na seção seis são apresentadas as conclusões.

2 | SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA EM GRAMSCI E HABERMAS

Inspirado nas reflexões teóricas de Marx, Engels e Lênin, Gramsci desenvolveu

novas determinações no campo da teoria política, como um crítico desta. Segundo Coutinho (1999, p.91), a “[...] política em Gramsci (1999) é sinônimo de catarse” Ao realizar catarse, a classe se supera, deixando de ser um conjunto de *homo economicus* para se tornar sujeito político consciente em nome da vontade coletiva, passando do particularismo para a consciência universal.

A teoria política de Gramsci representou um avanço em relação à teoria marxista clássica. No *Manifesto*, para Marx e Engels (1997) o poder político era o poder de opressão do Estado burguês sobre as classes subalternas. Gramsci, por sua vez, em uma de suas *Cartas*, demonstra acreditar que poderia haver equilíbrio de forças entre a *sociedade política e a sociedade civil*. (GRAMSCI, 2011, p. 264). Gramsci (2007, p. 244) absorve de Hegel (1997) os fundamentos teóricos para a sua própria definição de sociedade civil: “Na noção geral de Estado [...] (seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).”

Gramsci, a partir do momento em que *amplia* o Estado, presta grande contribuição ao indicar o processo pelo qual a Sociedade civil poderia intervir numa determinada base econômica e sociabilidade, transformando-a. A capacidade de luta, ou seja, o poder de reação das classes oprimidas dependeria da estrutura da sociedade civil. Dessa forma, “no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscariam exercer sua hegemonia, ou seja, buscariam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política e o consenso*” (GRAMSCI, 2007, p. 245).

Gramsci põe na política e na sociedade civil toda a responsabilidade rumo à emancipação humana. Se democracia é, como aponta Coutinho (2000, p. 50) “sinônimo de soberania popular”, seria possível afirmar, na perspectiva gramsciana, que o Brasil se encontra numa fase de guerra de posições, buscando a hegemonia, se equivalente à soberania, num processo de luta permanente pelo fortalecimento da cidadania.

A democracia, para Coutinho (2000, p. 61) é “a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política”, enquanto “concebida como a construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera política.” Habermas (1995) oferece uma terceira via de modelo de democracia, ao propor um entrelaçamento da política republicana (dialógica) como a política liberal (instrumental) realizando o que chama de *política deliberativa*, “quando as correspondentes formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas.” O autor, portanto, apoia seu modelo “nas condições de comunicação e procedimentos que outorgam à formação institucionalizada da opinião e da vontade política sua força legitimadora.”

Habermas (1990, p.100-02) discute a dialética que diferencia e transforma o homem no cidadão (burguês) e o processo normativo de praticar cidadania. Para o autor, o conceito de cidadania sofreu muitas mutações desde que surgiu da Grécia antiga até o mundo moderno. Hoje se tornou quase sinônimo de garantia dos direitos

civis individuais inspiradas em John Locke que atenderiam apenas aos homens proprietários burgueses de acordo com Marx.

A partir da comparação de seu modelo de democracia *Deliberativa* com os outros dois, e analisando especificamente o “processo de formação democrática da opinião e da vontade comum”, Habermas (1995, p. 44-46) formula a *Teoria do discurso* onde, ao praticar democracia, “a razão prática se afastaria dos direitos universais do homem” ou “da eticidade concreta de uma determinada comunidade” e se fundamentaria nas “normas do discurso e de formas de argumentação que retiram seu conteúdo normativo do fundamento da validade da ação orientada para o entendimento”. Habermas (2011, p.23) afirma que a “formação democrática da opinião e da vontade”, onde se concretiza o poder comunicativo da sociedade civil, é capaz de modificar a composição do poder administrativo ao longo do tempo. Assim, “a opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo procedimentos democráticos não pode “dominar” por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo.”

Rocha (2007, 126), investigando as obras de Gramsci e Habermas, chegou à conclusão de que ambos buscavam, com procedimentos distintos, ampliar “as possibilidades do campo da política, com alterações substanciais nas relações entre Estado e sociedade.” Em Gramsci, o alcance do consenso pelas classes, que incorpore e reflita seus interesses, “exige cada vez mais que seus portadores possuam estrutura e legalidade próprias para, assim, assumirem sua função de construção de relações sociais de hegemonia.” Já Habermas “detalha a forma como, nos contextos democráticos, os procedimentos legais e políticos institucionalizados – a positivação do direito – vêm assegurando que os processos espontâneos de formação de opinião sejam gradualmente considerados nas instâncias decisórias do sistema político.”

Não obstante o destaque que Habermas e Gramsci destinaram à sociedade civil no campo político, Rocha (op. cit.) observou as diferentes direções analíticas em relação ao “delineamento da anatomia desta esfera, na constituição de seus atores e nas suas estratégias de ação política.” Para a autora, na concepção habermaseana, a sociedade civil, aproxima-se (da) “esfera das associações voluntárias, do espaço público dotado de autonomia e auto-organização em relação ao Estado e ao mercado, de solidariedade social, do discurso”. Os atores e instituições que a compõe a sociedade civil “não configuram partidos ou outras formas de organização política, visto que “não estão organizados tendo em vista a conquista do poder” (Ibid., p. 127). Já em Gramsci, vinculação entre sociedade civil e processo democrático se dá como “resultado da passagem, a partir do desenvolvimento da luta de classes, [...] de figuração dos interesses de um grupo social para uma consciência política que se coloca como capaz de projetar interesses universais.”

3 | GESTÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Ser agricultor familiar, além de identificar uma categoria de classe social, deve ser entendido como o indivíduo inserido nas relações sociais e históricas em seu território. Para Lukács (apud CARLI, 2013, p. 16), há um “selo ontológico”, produto do trabalho, que nasce a partir no novo ritmo imposto pelo capital à interação entre a sociedade e a natureza. Segundo Abramovay (1998):

A agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. [...] a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana. (ABRAMOVAY, 1998, p. 143).

A vida social do agricultor familiar não se descola de suas atividades econômicas. E, muito embora venha sofrendo pressões frequentes do capital, seja pela expansão ou especulação imobiliária, seja pelo agronegócio, a população rural brasileira tem resistido, tendo como um trunfo raffestiniano (RAFFESTIN, 1993), especialmente o fato de não ter perdido seu selo natural. O agricultor familiar tem inovando e criado novos mercados, contando com o apoio político e social de diferentes segmentos da sociedade, simpatizantes com seu modo de ser e fazer.

Nos territórios rurais, os atores-cidadãos, em coletividade, devem constituir a arena política local, defendendo os interesses da totalidade e exercendo o controle social. As políticas públicas ancoradas no território devem lançar mão de uma governança participativa, estimulando a prática cidadã como prevê a *Gestão Social*.

O conceito de Gestão Social tem sua base na Escola de Frankfurt, em especial nas obras de Jürgen Habermas. Absorvendo das tipologias habermaseanas as ações estratégica e comunicativa, e contrapondo-as, Tenório (2008, p.23) desenvolveu os conceitos de Gestão Social e Gestão Estratégica. “Assim, a expressão *ação estratégica* - ação racional voltada para o êxito, será antitética à *ação comunicativa* - ação racional voltada para o entendimento.” Segundo o autor, a *Gestão Social* se contrapõe à estratégica, pois “tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais [...] segundo os pressupostos do agir comunicativo” e fundados na cidadania deliberativa que propõe tratar as questões políticas de forma compartilhada com a sociedade civil e de acordo com os seguintes princípios: “inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum” (TENÓRIO, 2008, p.107-161).

4 | O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO CONSEA DE SEROPÉDICA/RJ

A situação da agricultura familiar em Seropédica, frente ao crescimento econômico da região, é demasiadamente frágil e requer uma atenção especial dos diversos atores envolvidos nos processos de resgate e fortalecimento da atividade. Trata-se de um município localizado na região do Grande Rio, muito próxima da capital, e que vem apresentando significativas transformações socioeconômicas, culturais e ambientais. A proximidade com a cidade de Itaguaí, que abriga o porto, que registra eventos de importação e exportação de diversas indústrias como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), assim como a construção da rodovia BR-493, mais conhecida como Arco Metropolitano, tem atraído a instalação de condomínios logísticos, indústrias e mineradoras para Seropédica, exercendo diferentes formas de pressão para a expulsão do produtor familiar do campo.

Com todas essas transformações, a agricultura familiar, que no passado era considerada uma das principais atividades da região, e acompanhando as transformações por que tem passado o campo brasileiro sob a pressão da industrialização, da especulação imobiliária e do agronegócio, está sendo relegada ao segundo plano nas agendas políticas locais.

Como enfrentamento das adversidades, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) de Seropédica foi criado pelos atores sociais tanto da sociedade civil quanto pela Secretaria de Assistência Social de Seropédica, para discutir, entre outras questões, àquelas relativas à produção de alimentos locais e ao acesso às políticas públicas, em especial ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O CONSEA, composto por quatro entidades do poder público local e oito da sociedade civil, tem atuado, desde o ano de 2013, com debates que incluem questões como a desnutrição e a obesidade de crianças do município; casos de insegurança alimentar em alguns bairros e a inclusão dos agricultores familiares locais no PNAE; o assunto mais recorrente nesse fórum de discussão.

A primeira iniciativa desse processo nas reuniões do CONSEA foi a criação de uma comissão formada por agricultores locais e nutricionistas da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Seropédica no sentido de ajustar o cardápio da merenda escolar aos produtos mais adaptados ao clima e ao solo de Seropédica: inhame, aipim, banana, abóbora, beterraba, etc.. Com a compra e produção programadas, poderiam ser adquiridos alimentos orgânicos, que, por lei, agregam um valor monetário de até trinta por cento acima do preço em relação ao produto não orgânico. Esse fato foi destacado nas reuniões, pois o maior interesse em ofertar tem partido da rede local de agricultores orgânicos, os quais vendem os seus produtos com maior valor agregado.

Outra discussão, acerca dos aspectos legais, trata da obrigatoriedade definida em lei, do município adquirir pelo menos 30% da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar, no âmbito do PNAE, conforme prevê o artigo 14 da Lei nº 11.947

de 16 de junho de 2009. Baseado nesse fato, o município de Seropédica, em 2014, conseguiu atingir o percentual obrigatório, mas por meio de uma cooperativa de Araruama, município distante em 180 km de Seropédica. Tal cooperativa, por seu turno, negociava com produtores de outras localidades, não incluindo os agricultores locais de seu próprio município. A proposta apresentada pela gestão do município de Seropédica consistiu em articular negociações entre os agricultores do município e a cooperativa de Araruama, já que a mesma possui o DAP-Jurídico, que é um dos documentos necessários à entrada no processo de aquisição de produtos para a alimentação escolar.

Por outro lado, alguns produtores mostraram desinteresse em *negociar* como cooperativa, visto que já possuem o DAP na modalidade individual e que, portanto, poderiam fornecer diretamente à secretaria de educação, tornando desnecessária a *intermediação* da cooperativa que venceu a chamada pública.

Mas a inserção individual dos produtores rurais na composição da oferta de alimentos às escolas tem sido dificultada por falhas na gestão pública, demonstrando incompetência administrativa para estabelecer uma articulação eficaz com os produtores rurais. Segundo um dos produtores presentes na reunião do CONSEA, que ocorreu no mês de outubro de 2014, uma das maiores falhas no processo de aquisição de alimentos é a falta de transparência. Há pouca divulgação das chamadas públicas para os agricultores que dispõem dos documentos necessários para a comercialização, o DAP, o Documento de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) que pode ocorrer no formato jurídico, no caso de uma cooperativa, ou individual. O agricultor não tem acesso às informações referentes às chamadas públicas, visto que as informações são divulgadas somente no Diário Oficial do município, canal de comunicação de acesso pouco eficiente, considerando o local, a renda e a rotina de trabalho dos produtores. O referido produtor indicou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)-Rio como órgão articulador que os tem apoiado no processo.

Para o estabelecimento da institucionalização da inclusão dos agricultores no PNAE, foi criada uma comissão entre os atores envolvidos – agricultores interessados e Emater-Rio que apoiaram na elaboração do projeto – que buscou discutir a consolidação da dinâmica organizacional como uma proposta de participação cidadã. Para a presidente do CONSEA, a sugestão dada pela Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio de Seropédica (SEMAMA) “conseguiu fazer com que eles cumprissem a lei e realmente olhar o agricultor local”, ao se propor a compra dos produtos pela cooperativa que vinha fornecendo os alimentos. Mas os agricultores locais tinham outra percepção.

Na última reunião do CONSEA de 2014, o subsecretário de meio ambiente e agronegócio tentou aproximar os agricultores interessados no fornecimento de alimentos às escolas, convidando um representante da cooperativa do município de Araruama, que havia vencido a chamada pública naquele ano. Foi sugerido pelo

subsecretário que a cooperativa adquirisse dos agricultores locais e depois fornecesse às escolas do município. Mas os agricultores locais não aprovaram a proposta, tendo em vista sua percepção de que na lei que rege o PNAE, consta que a venda pode ser realizada diretamente com a secretaria de educação no ato da chamada pública, dispensando a intermediação dessa cooperativa vencedora. Essa cooperativa seria, na visão dos agricultores, mera *atravessadora* dos produtos. Essa adesão, na visão dos agricultores, iria implicar em perda financeira frente à possibilidade do fornecimento direto. Diante da discordância justificada dos agricultores locais, ao fim do de 2014, mesmo com todas essas tentativas de articulação realizadas durante o ano, não foi possível a inclusão dos agricultores no PNAE segundo suas condições: fornecer diretamente para a alimentação escolar sem a intermediação da cooperativa vencedora da chamada pública.

No início do ano de 2015 houve retomada das ações dos conselhos acerca do processo de inclusão dos agricultores locais individualmente. O ponto de partida foi buscar reunir uma comissão formada por agricultores, a recém eleita presidente do CONSEA do município e o prefeito. O objetivo da reunião era cobrar maior transparência no processo de aquisição da alimentação escolar. Essa tentativa foi frustrada pela não destinação de agenda por parte do prefeito para receber a comissão.

Na reunião do CONSEA de abril de 2015, houve a presença do representante da Secretaria de Educação, responsável pela chamada pública do PNAE. Só isto já pode ser considerada como uma conquista legítima, resultado da pressão exercida pelos membros do CONSEA junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Segundo o representante, ao ser questionado pelos agricultores sobre a falta de divulgação da chamada pública, o mesmo respondeu que a obrigatoriedade da divulgação se dá por meio do Diário Oficial do município. Mas esse meio de comunicação, como mencionado acima, não tem alcance efetivo sobre àqueles que poderiam fornecer alimentos. Mediante esta queixa, o representante se dispôs a receber os agricultores interessados para maiores esclarecimentos e ainda informou que o edital estaria disponível em, aproximadamente, quinze dias a partir da data da reunião. Consultando os agricultores para verificar o cumprimento do prazo indicado, mais uma vez há uma indicação de má gestão pública. Na fala dos agricultores participantes das reuniões trata-se de “uma chamada oculta, [pois] eles não divulgam, fazem uma papelada interna lá, dizem que divulgou... ficamos procurando saber que dia que ia ser a reunião, onde era, como era, aí fomos descobrir tudo em cima da hora.”

Mesmo assim, com o apoio técnico da representante da Emater-Rio, três agricultores interessados em participar do processo se reuniram em alguns encontros para a leitura do edital e para a elaboração do projeto de fornecimento. Propuseram fornecer quinzenalmente, e individualmente, cerca de 6800 kg dos produtos abóbora e banana-prata, para quatro escolas rede municipal, totalizando um montante de cerca

de vinte mil reais pelo fornecimento, conforme valores analisados no documento. Valor esse que melhoraria significativamente a reprodução socioeconômica das três famílias envolvidas, segundo a opinião dos agricultores entrevistados.

Com a aprovação do projeto, os três agricultores iniciaram o plantio em junho das duas culturas para o fornecimento começar em agosto conforme havia sido indicado no projeto. Mas, a assinatura do contrato não ocorreu de imediato. Os responsáveis pela compra dos produtos no município só convocaram os agricultores para assinarem o contrato no final de setembro. Com toda essa espera e com diversas tentativas de contato dos produtores com a prefeitura para o fornecimento, sem uma perspectiva de assinatura, os agricultores tiveram que vender grande parte da produção por outros meios, para que não houvesse mais prejuízo e desperdício dos alimentos perecíveis. No momento da assinatura do contrato, já na segunda quinzena de setembro, a funcionária da prefeitura solicitou aos agricultores que o assinassem com data retroativa a julho, o que seria impróprio, dado o atraso em firmar o contrato e pelo fato de que muito da produção já havia sido destinada a outro comércio.

Outro problema sofrido pelos produtores é a complexidade na distribuição dos alimentos. Como são 18.000 refeições oferecidas diariamente numa rede que é composta por 45 escolas, a logística é complexa, conforme expõe a presidente do conselho. Contudo, a proposta incluiria três agricultores que forneceria alimentos para quatro escolas, o que torna mais fácil a organização, e, mais ainda, seria uma rica experiência piloto e um ponto de partida para os outros agricultores, com o interesse em participar da chamada pública nos anos seguintes. Segundo a extensionista da Emater-Rio, “como não deu certo, os agricultores terão que começar da estaca zero em 2016.”

A representante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município, presente nas reuniões, salientou que o CAE é um conselho muito ativo e presente no controle e fiscalização em todo processo de aquisição e distribuição dos alimentos para as escolas. Há, segundo ela, todo um planejamento e agendamento de visitas nas escolas por parte deste Conselho. Sobre a aquisição dos alimentos escolares, segundo a representante, estes vêm de uma empresa privada que faz a entrega. Informou que no CAE a discussão sobre a compra vinda da agricultura familiar é algo bastante presente, citando o caso da compra de 30% por meio da cooperativa de Araruama no ano de 2014, ressaltando como uma primeira experiência exitosa. A mesma explicitou também que em 2014 os agricultores locais não quiseram vender os seus produtos para a cooperativa de Araruama, pois a consideravam como *atravessadora* no processo. Sobre o ano de 2015, referente à perspectiva da inclusão de agricultores de Seropédica na chamada pública, a representante informou que o problema teria ocorrido pela falta de interesse por parte dos agricultores, pois, depois de terem o projeto aprovado na chamada pública, os agricultores não teriam procurado a prefeitura para saber dos procedimentos e assinar o contrato - Informação bem

diferente da informada pelos agricultores. A mesma acredita que Seropédica não tem como atingir o percentual de 30% de produtos da agricultura familiar somente com os agricultores locais, pois produção vinda do município seria insuficiente para o fornecimento de alimento para 45 escolas. Inclusive, foi questionado por ela, até que ponto a agricultura familiar é presente no município.

De fato, a lei não obriga que a compra seja feita com só produtores locais, mas isso não significa que a prefeitura não possa priorizá-los enquanto uma proposta de desenvolvimento econômico sustentável para o município. Eles são perfeitamente capazes de fornecer alimentos para algumas escolas. Inclusive era esse seu projeto. Para isso, faz-se necessário estimular, estreitar as distâncias entre o agricultor, o programa e a prefeitura. O ano de 2015, por outro lado, serviu de experiência aos produtores locais enquanto uma primeira tentativa de compra direta.

Por conta da não concretização da compra dos produtores familiares de Seropédica, por meio da chamada pública, segundo a representante, o município no ano de 2015 não atingiu o mínimo de 30% estabelecido pelo PNAE, responsabilizando, assim, os agricultores. A entrevistada salientou que a prefeitura terá que justificar, em relatório, a não compra do mínimo de 30% da agricultura familiar em virtude do ocorrido. E, assim, a vítima foi culpabilizada.

O que se percebeu foi um descaso, por parte da prefeitura nesta articulação. Com o insucesso desse processo de inclusão, como consequência do desinteresse do poder público local de atender à justa demanda dos produtores familiares, a prefeitura passou a adquirir 100% da alimentação escolar através de uma empresa que não se preocupa, sequer, em comprar da agricultura familiar.

No início do ano de 2016, houve uma chamada pública, mas, novamente, sem uma ampla divulgação entre os agricultores, fato que levou os agricultores individuais a sequer participarem da chamada pública para o ano. Essa informação foi apresentada na reunião do CONSEA realizada no mês de março de 2016.

Toda a dificuldade e falta de estímulo relatada acima levou a uma queda drástica na participação dos agricultores no conselho. Para eles, o processo ficou desacreditado, embora a atuação do CONSEA tenha sido constante e incessante na articulação das discussões entre a sociedade cível e o poder público, devidamente assessorado pelas entidades de extensão e pesquisa que participam das reuniões, como a Emater. Por outro lado, há resistência. Na reunião ordinária de abril de 2016, o CONSEA de Seropédica contou com a presença de três representantes do CONSEA Estadual, os quais esclareceram várias questões sobre a criação do mesmo, sobre a possibilidade do município aderir, futuramente, ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e sobre os *entraves* enfrentados pelos agricultores no processo de sua inclusão no PNAE do município.

O CONSEA tem encontrado até mesmo dificuldade para a sua legalização. O conselho existe *de fato*, mas não *de direito*, pois até então não existia uma lei de criação do mesmo no município. A questão da criação da lei de criação do

CONSEA nas reuniões girava em torno de qual seria o meio mais viável para a sua efetivação: se por meio do poder executivo ou via câmara dos vereadores. Houve várias tentativas, sem êxito, de marcar uma reunião com o prefeito da cidade, para expor a necessidade da legalização do conselho que já existia e era atuante, mas que necessitava de amparo legal.

A opção adotada foi procurar o presidente da Câmara dos Vereadores para expor o problema. Assim, com muita disponibilidade em contribuir com a questão apresentada, o referido vereador participou de algumas reuniões do conselho em 2015 e, ao final do ano, apresentou o projeto de criação do CONSEA na Câmara que o aprovou, com seis votos a dois. Faltava somente a sanção do prefeito. No início de 2016 o prefeito vetou o referido projeto, alegando que a Câmara não deveria “interferir nas decisões do poder executivo.” Mas a Câmara derrubou o veto do prefeito na primeira semana de março de 2016. A criação do CONSEA foi publicada no Diário Oficial do município em maio de 2016.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências recentes têm mostrado esforços no intuito de fortalecer a governança da sociedade civil no território, para a promoção do desenvolvimento das populações mais fragilizadas que do campo. A abordagem territorial e sustentável exige dos atores locais uma maior participação política, em espaços públicos de consulta e deliberação como vem ocorrendo no CONSEA de Seropédica.

Para uma maior aproximação entre Estado e sociedade, sugeriu-se aqui que a administração pública deveria levar em conta os princípios fundamentais da cidadania deliberativa: inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum; por meio da Gestão Social. No caso de Seropédica, a gestão fundada em tais princípios não se verificou. Há um claro descompasso entre os interesses da administração pública, em especial do poder executivo; e os da sociedade civil; os agricultores familiares locais organizados no CONSEA.

Por outro lado, cada fase do processo deliberativo na guerra de posições ou no jogo político leva ao aumento da maturidade política, ampliando as possibilidades do agir comunicativo. Cada conquista, cada representação do poder público presente na reunião; significa o resultado da pressão e da luta travada pelos cidadãos-produtores familiares rurais; não pelo direito a ter direitos, mas para fazer valer o direito já conquistado no PNAE.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.15, n.1, p.137-157, 1998.

CARLI, R. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. **Contra a corrente: ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 49-69.

DAGNINO, E. Confluência **perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva**. In: GRINMSON, A. La Cultura em las Crisis Lationamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1 ed., 2004. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf. Acesso em: 15 jul. 2015, p. 195-216.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cartas do cárcere: Antologia**. Sevilha: Estaleiro Editora, 2011.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, n. 36, 1995.

_____. **Soberania popular como procedimento**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 26, p. 100-113, 1990.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**.v.29. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas Geografia e Política).

ROCHA, S. D. da. **“Imagens e contra-imagens do estado”**: considerações sobre a sociedade civil em Gramsci e Habermas, Dissertação de Mestrado, CCHLA, UFRN, Natal, 2007.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do Mercado: ensaios de gestão social**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar
Alimentação escolar
Amazônia
Aromaterapia
Assentamentos precários
Atividade mineradora

C

Cicloturismo
Controle social
Cooperativa de crédito
Cultura

D

Desenvolvimento regional
Desenvolvimento territorial

E

Ecoturismo
Empreendedorismo sustentável
Etnografia

I

Impactos socioambientais

M

Meio ambiente
Monólitos

O

Óleos essenciais

R

Reforma urbana
Resíduos orgânicos

Ressignificação de espaços públicos

Rizoma

S

Sabonetes artesanais

Semiosfera

Sustentabilidade ambiental

T

Terra indígena

Território

Turismo

U

Urbanização

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-517-4



9 788572 475174